

DESTAQUES



Igreja católica em Nampula insatisfeita pelo silêncio do Governo e Justiça diante da usurpação de suas propriedades



Somos o melhor parceiro audiovisual

Disponemos os seguintes serviços: i) **Consultoria Multimídia**; ii) **Assessoria de Imprensa**; iii) **Produção Audiovisual**.

ANUNCIE CONNOSCO

E-mail: comercial@hojeemmocambique.org

Liberdade de imprensa em debate no país

Jornalistas exigem leis que reforcem, e não restrinjam, direitos no exercício das suas actividades



©Hoje em Moçambique: Seminário de auscultação pública em Nampula

Com o objectivo de assegurar maior liberdade de imprensa, sobretudo para a classe jornalística, e garantir a responsabilidade social, Moçambique iniciou, na semana finda, o Seminário de Auscultação Pública do Pacote Legislativo da Comunicação Social, referente às propostas de revisão da Lei de Comunicação Social e da Radiodifusão.

O processo arrancou na última segunda-feira, na província do Niassa, e contou com a participação de várias entidades governamentais, organizações da sociedade civil e instituições não-governamentais. Citada pela página e-Global, a representante da Governadora da Província, Celestina Teófilo, que é também Directora do Gabinete Provincial, destacou que a comunicação social é um dos pilares para o desenvolvimento sustentável, sublinhando ser fundamental actualizar a legislação para melhorar o desempenho das actividades levadas a

cabo pela classe jornalística.

Na terça-feira, o mesmo seminário teve lugar na cidade de Nampula, com a participação de jornalistas, representantes da sociedade civil e de outras instituições. Durante a sua intervenção, o MISA Moçambique, representado pelo presidente do núcleo provincial de Nampula, Aunício da Silva, afirmou, “tudo o que vier a ser aprovado deve reforçar e nunca restringir as liberdades de imprensa e de expressão consagradas na Constituição da República e nos compromissos internacionais do país. Defendemos, por isso, a auto-regulação da profissão e da carteira profissional do jornalista.”

O dirigente acrescentou ainda que, para o bom funcionamento da Lei de Imprensa no país, é necessário um modelo de governação independente para as direcções editoriais, com nomeações transparentes, escrutínio público e um financiamento estável e

transparente.

Por seu turno, a chefe do Departamento Jurídico do Gabinete de Informação (GABINFO), Sílvia Sofia Nhadwate, considerou que o encontro permitirá promover o envolvimento directo dos profissionais da comunicação social, instituições públicas e privadas, academia e sociedade civil. Sublinhou ainda que.

“Este diálogo contribuirá para consolidar uma visão partilhada

que permita dotar Moçambique de um quadro robusto, ajustado à era digital e promotor de uma comunicação social mais livre, plural, responsável e ética.”

O Presidente do Conselho Superior da Comunicação Social, Rogério Siteo, destacou a importância da participação da classe jornalística neste seminário, numa altura em que os profissionais enfrentam barreiras na obtenção



Rogério Siteo, Presidente do Conselho Superior da Comunicação Social,

de informação muitas vezes acompanhadas de agressões, ameaças e outros factores que dificultam o exercício da actividade. O dirigente lançou ainda um apelo.

“A comunicação é a liberdade de imprensa. E nesse aspecto, quero fazer um apelo a que os colegas tenham uma participação efectiva em todo o processo, para que amanhã não digamos que estas leis foram aprovadas sem a nossa participação.”

Por sua vez, o Secretário de Estado em Nampula, Plácido Pereira, afirma que o sector da comunicação enfrenta actualmente diversos desafios, com destaque para a disseminação de fake news, ou seja, a circulação de conteúdos falsos, impulsionados pelo avanço tecnológico que o mundo, em particu-



Plácido Pereira, Secretário de Estado em Nampula

lar o país, vem registando nos últimos tempos.

“A difusão de notícias falsas e de discursos tendenciosos e difamatórios

tem afectado as liberdades e os direitos fundamentais dos cidadãos, além de minar a democracia e a confiança nas instituições”, explicou o dirigente, tendo desafiado os profissionais da comunicação social a saberem separar informações verdadeiras de conteúdos manipulados, que posteriormente acabam sendo usados na produção de peças noticiosas.

De referir que, nos últimos tempos, a classe jornalística tem enfrentado graves dificuldades no acesso a dados para a difusão de informação, devido à resistência de algumas fontes em ceder depoimentos. Em certos casos, isso tem resultado em ameaças, agressões e até sequestros contra jornalistas.

Por: REDACÇÃO

Processos ainda sem execução

Igreja católica em Nampula insatisfeita pelo silêncio do Governo e Justiça diante da usurpação de suas propriedades



©Hoje em Moçambique: Dom Inácio Saure, Arcebispo da Arquidiocese de Nampula

As informações foram avançadas pelo Arcebispo da Arquidiocese de Nampula, Dom Inácio Saure, que lançou críticas ao Governo e às autoridades judiciais desta parcela do país, pela alegada ocupação ilegal de terras pertencentes à

Igreja Católica por parte de membros da população, que, por sua vez, teriam contribuído para a destruição de algumas propriedades e bens da igreja local.

O terreno do Seminário Propedêuti-

co Mater Apostolorum, que é um seminário de formação de nível médio para os candidatos ao sacerdócio da Arquidiocese de Nampula, e que outrora acolheu também o Seminário Interdiocesano de Filosofia, pertencente à Conferência Episcopal de Moçambique; o terreno da Paróquia de São João Batista, no Marrere; e o terreno do Mosteiro Mater Dei são, segundo o Arcebispo, alguns dos espaços ocupados ilegalmente por indivíduos daquela região.

Diante deste cenário, Dom Inácio Saure afirmou ter apresentado uma reclamação por escrito ao Conselho Autárquico da Cidade de Nampula, bem como uma queixa ao Tribunal Judicial da mesma cidade. Contudo, até ao momento, nenhuma das entidades competentes deu seguimento às reclamações. Segundo explica, “fizemos uma reclamação por escrito ao Conselho Municipal, que, por sua vez,

nos aconselhou a levar o caso a tribunal. Fizemos a queixa ao tribunal, que emitiu uma providência cautelar de restituição provisória de posse, datada de 16 de Maio de 2025, e até hoje não houve execução.”

O Arcebispo acrescentou ainda que os oficiais de diligência que se deslocaram ao local para executar a ordem judicial foram impedidos de realizar as suas actividades e posteriormente obrigados a abandonar o espaço pelos próprios ocupantes do terreno, o que representou mais um obstáculo à aplicação das decisões judiciais.

Em algumas situações, instituições governamentais e não governamentais também se apropriaram de espaços da Igreja através de empréstimos temporários que nunca foram devolvidos. “A infra-estrutura onde funciona a UniRovuma, por exemplo, pertence à Paróquia Católica de São Pedro de Napipine. Essa propriedade foi emprestada verbalmente pelo meu respeitável predecessor, Dom Miguel, mas infelizmente nunca mais foi devolvida.

Outra infra-estrutura é a do Hospital Geral de Marrere, que também é da Igreja. Actualmente, funciona como uma presença conjunta entre o Governo e a Igreja”, explicou o Arcebispo, acrescentando que já tentou dialogar com outras autoridades do país, mas sem qualquer desfecho.

Por outro lado, alguns casos de ocupação ilegal dos terrenos pertencentes à Igreja Católica em Nampula ocorreram durante as manifestações pós-eleitorais do presente ano, nas quais diversas infra-estruturas públicas e privadas foram destruídas. A Igreja Católica local não escapou aos danos causados por indivíduos desconhecidos envolvidos nos protestos.

“No caso da invasão e ocupação dos seminários, onde funcionam o Prope-dêutico e o Filosófico, houve também muitos outros estragos. Foi destruído um muro de vedação que delimitava o terreno. Era um muro bastante avançado e foi completamente destruído”, frisou Dom Inácio, acrescentando que, além das infra-estruturas afectadas,

também foram devastadas várias culturas agrícolas arroz, batata-doce, mandioca, cajueiros, entre outras que serviam para o sustento dos seminaristas acolhidos pela Igreja na província.

Ainda na sua intervenção, o Arcebispo de Nampula pediu apoio às pessoas de boa vontade, dentro e fora do país, para que se juntem à causa da Igreja. “Perante toda esta situação, nada me resta senão lançar um forte apelo de socorro a todas as pessoas de boa vontade, na nossa província de Nampula, em todo Moçambique e também no mundo inteiro, para que se possa repor a justiça e os nossos direitos, que são também os direitos dos pobres. A Igreja e as suas obras estão ao serviço dos pobres, mas parece que a lei já não serve nesta terra. A este propósito, já disse numa homenagem que parece que alguém quer transformar Moçambique numa aldeia sem lei. Aqui, a lei parece que não funciona.”

Por: REDACÇÃO

PRM na cidade de Nampula

Secretário de Estado reconhece falta de meios na PRM em Nampula e reforça contingente com 4 viaturas



O Governo central em Nampula procedeu à entrega de quatro viaturas para a província, que irão reforçar e flexibilizar as actividades operativas ao nível local.

As viaturas alocadas à província têm como destino o distrito de Malema, a 1ª Esquadra, a 8ª Esquadra e a força de reserva do Coman-



@hojeemmoçambique

Nampula - Moçambique
E-mail: comercial@hojeemmocambique.org

do Provincial. “No âmbito dos esforços de melhoramento das acções operativas ao nível da província, o Comando-Geral enviou para esta província quatro viaturas operacionais. Da avaliação feita, propomos que sejam alocadas ao Comando Distrital de Malema, à 1ª Esquadra, à 8ª Esquadra e à força de reserva do Comando Provincial”, referiu o representante da PRM em Nampula.

Plácido Pereira, Secretário de Estado em Nampula, afirmou durante a sua intervenção que as viaturas alocadas à

PRM fazem parte dos esforços do Governo e do Estado para apetrechar a corporação com melhores condições de trabalho. “O acto que hoje presenciamos enquadra-se nos esforços empreendidos pelo Governo e pelo Estado no sentido de apetrecharem a PRM com equipamentos, neste caso meio de locomoção, para que as respostas e solicitações sejam feitas atempadamente.”

Mesmo após a entrega destas viaturas, Pereira reconheceu que ainda faltam meios de transporte e apelou ao uso prudente dos mesmos.

“Na província de Nampula, ainda temos o desafio dos meios de locomoção, e estas viaturas vão ser uma grande valia para a corporação, assim como para a cidade de Nampula, que se encontrava numa situação crítica em termos de transporte. Recomendamos o bom uso destas viaturas atribuídas, não apenas das que ficarão na cidade, mas também das que serão destinadas ao distrito.”

Por: ÂNGELA TAUABO

Crónica do Dia

www.hojeemmocambique.org

ERNESTO TIMBE
JOEL:

ATRAVESSIA À AFRICA DO SUL E O CASACO – PARTE I

Joel, esse mesmo, o do País Bordado de Rui Lamarques, político de carreira, filho de padre e cliente fiel de Joel, esse mesmo, o do País Bordado de Rui Lamarques, político de carreira, filho de padre e cliente fiel da ajuda externa, acordou com um raro pressentimento de sorte. Não era fé. Era raro.

Tinha ganho umas moedas num jogo de cartas atrás da rádio comunitária, onde ainda se fingia de popular. Decidiu que aquele dia merecia uma extravagância: um casaco novo, comprado do outro lado da fronteira, na África do Sul. Um casaco que dissesse "Joel está de volta", mas sem gritar "Joel ainda deve ao FMI".

Como o seu carro oficial estava parado por falta de manufatura (ou de orçamento, ou de vergonha), pediu emprestado o da prima Lúcia. Ela hesitou, mas cedeu. "Só não façás figuras na televisão", disse. Joel prometeu. E lá foi ele, com o volante firme e a consciência flexível, rumo à fronteira de Lebombo, onde o novo sistema de registo de viaturas, introduzido pela SARS, prometia modernidade. Mas Joel já sabia. Quando o Estado promete modernidade, é porque vem aí uma humilhação com Wi-Fi e carimbo digital.

À chegada, a fila era bíblica. Viaturas paradas como se esperassem o regresso do Messias ou de um novo ciclo de financiamento externo. O sol castigava, e Joel, com a paciência de quem já sobreviveu a três comissões parlamentares e dois escândalos, tentava entender por que razão o sistema não reconhecia o condutor. O carro estava registado, sim, mas em nome da prima. E como o sistema só

permite passagem livre durante seis meses se o condutor for o mesmo, Joel teve de registar tudo de novo. O formulário estava em inglês técnico, com termos que nem os seus assessores sabiam traduzir: "Vehicle owner declaration", "authenticated copy", "lease agreement". Tudo menos "Joel quer só comprar um casaco para parecer honesto".

Enquanto esperava, Joel escutou. Não por empatia, mas por cálculo. Porque ele não atravessa fronteiras apenas com documentos. Atravessa com ouvidos atentos e indignação alheia, que depois recicla em discursos.

A Internet falhava como falham os projectos de governação participativa. O servidor caía com a frequência das promessas eleitorais. E os funcionários, entre um "next!" e um "you must register again", olhavam para os automobilistas como quem vê um vírus em forma de volante. Joel, que já tinha perdido a paciência, mas não o cinismo, murmurou: "Isto não é fronteira, é penitência com código QR."

"Eu só vim renovar a receita da minha mãe. Ela tem pressão alta. Mas agora parece que preciso de um curso de inglês para atravessar."

"O sistema caiu três vezes. E quando voltou, disseram que o meu registo estava duplicado. Como é que duplicam uma pessoa?"

"Tenho todos os documentos. Mas como o carro é do meu irmão, disseram que preciso de uma declaração autenticada pela polícia."

"A loja fecha às 17h. Estou aqui desde as 10h. Se não me deixarem passar, vou bordar 'SARS' nas costas do

casaco."

"Só vim buscar uma peça para o gerador da escola. Mas sou tratado como contrabandista."

Joel escutou tudo. Não interrompeu. Apenas anotou mentalmente. Não para escrever algo, mas para usar como exemplo no próximo comício: "O povo sofre, meus irmãos. E eu vi com os meus próprios olhos."

Depois de quase três horas de fila, registo, espera e mais fila, Joel conseguiu atravessar. Já não sorria. Já não fingia. Já não acreditava em sistemas. Excepto no seu. Mas ainda acreditava no casaco. Aquele casaco que viu numa loja sul-africana, pendurado como promessa de respeitabilidade. Aquele casaco que dizia "Joel, tu mereces. Mesmo que o povo não mereça."

Chegou à loja. Estava a fechar.

A funcionária olhou para ele com pena e disse: "Sorry, sir. We're closed."

Mas Joel não se moveu. Ficou ali, parado, como quem sabe que portas fechadas são apenas um convite para negociações discretas. O casaco continuava pendurado, como promessa. A funcionária hesitou. Olhou para ele. Olhou para o casaco. Olhou para o relógio.

Será que Joel conseguiu comprar o casaco?

Ou terá saído da loja com as mãos vazias e mais uma frase pronta para o próximo comício?

Terá convencido a funcionária com o charme de quem já sobreviveu a três governos e dois escândalos?

Ou terá voltado para casa com o volante emprestado e a dignidade em modo de espera?

No próximo capítulo, saberemos se o casaco foi comprado, negociado ou apenas transformado em mais uma metáfora bordada no tecido da sobrevivência política.